Tema 3

Módulo 1

**Propriedade intelectual**

Os direitos de propriedade intelectual são aqueles que decorrem da capacidade de produção imaterial das pessoas.

No Brasil, a matéria da propriedade intelectual é dividida em dois grandes regimes de direito:

**Direito à propriedade industrial**

**Direitos autorais**

**Propriedade industrial**

Os direitos de propriedade industrial são aqueles decorrentes da produção imaterial das pessoas, portanto, são direitos de propriedade intelectual. No Brasil, estão previstos na chamada Lei (ou Código) de Propriedade Industrial – Lei nº 9.279/1996 (LPI). Em síntese, os direitos de propriedade industrial podem ser indicados como:

* Invenção
* Modelo de utilidade
* Desenhos industriais
* Marca de produto ou serviço
* Marca de certificação
* Marca coletiva

**Direitos autorais**

O regime de proteção dos direitos autorais, no Brasil, é aquele decorrente da **Lei nº 9.610/1998 (Lei de Direitos Autorais – LDA)**. O grande ponto quanto às tecnologias da informação é entender as principais determinações de tal regime para que se possa, concretamente, avaliar as situações em que elas podem ou não ter sido infringidas.

Segundo o art. 24 da mesma lei, o autor da obra tem, assim, os seguintes direitos morais:

I - o de reivindicar, a qualquer tempo, a autoria da obra;

II - o de ter seu nome, pseudônimo ou sinal convencional indicado ou anunciado, como sendo o do autor, na utilização de sua obra;

III - o de conservar a obra inédita;

IV - o de assegurar a integridade da obra, opondo-se a quaisquer modificações ou à prática de atos que, de qualquer forma, possam prejudicá-la ou atingi-lo, como autor, em sua reputação ou honra;

V - o de modificar a obra, antes ou depois de utilizada;

VI - o de retirar de circulação a obra ou de suspender qualquer forma de utilização já autorizada, quando a circulação ou utilização implicarem afronta à sua reputação e imagem; e

VII - o de ter acesso a exemplar único e raro da obra, quando se encontre legitimamente em poder de outrem, para o fim de, por meio de processo fotográfico ou assemelhado, ou audiovisual, preservar sua memória, de forma que cause o menor inconveniente possível a seu detentor, que, em todo caso, será indenizado de qualquer dano ou prejuízo que lhe seja causado.

Art. 7º. São obras intelectuais protegidas as criações do espírito, expressas por qualquer meio ou fixadas em qualquer suporte, tangível ou intangível, conhecido ou que se invente no futuro, tais como:

I - os textos de obras literárias, artísticas ou científicas;

II - as conferências, alocuções, sermões e outras obras da mesma natureza;

III - as obras dramáticas e dramático-musicais;

IV - as obras coreográficas e pantomímicas, cuja execução cênica se fixe por escrito ou por outra qualquer forma;

V - as composições musicais, tenham ou não letra;

VI - as obras audiovisuais, sonorizadas ou não, inclusive as cinematográficas;

VII - as obras fotográficas e as produzidas por qualquer processo análogo ao da fotografia;

VIII - as obras de desenho, pintura, gravura, escultura, litografia e arte cinética;

IX - as ilustrações, cartas geográficas e outras obras da mesma natureza;

X - os projetos, esboços e as obras plásticas concernentes à geografia, engenharia, topografia, arquitetura, paisagismo, cenografia e ciência;

XI - as adaptações, traduções e outras transformações de obras originais, apresentadas como criação intelectual nova;

XII - os programas de computador;

XIII - as coletâneas ou compilações, antologias, enciclopédias, os dicionários, bases de dados e outras obras, que, por sua seleção, organização ou disposição de seu conteúdo, constituam uma criação intelectual.

**Software**

O regime de proteção dos softwares ou programas de computador segue o regime dos direitos autorais, nos termos da LDA, observado o que determinar especificamente a **Lei nº 9.609/1998**, chamada de **Lei de Software (LS)**. Não se aplicam, por exemplo, as disposições relativas aos danos morais, mas o autor do software pode, a qualquer tempo, “reivindicar a paternidade do programa de computador e o direito do autor de opor-se a alterações não autorizadas, quando estas impliquem deformação, mutilação ou outra modificação do programa de computador, que prejudiquem a sua honra ou a sua reputação” (art. 2º, LS).

Detalhando o conceito, protege-se o código-fonte, o conjunto de programação com funcionalidade única. A proteção independe de registro e se dá por 50 anos a contar de sua publicação ou criação (art. 2º, §§ 2º e 3º, LS). Opcionalmente e para conferir maior segurança jurídica, o autor do software pode registrá-lo no INPI (art. 3º, LS).

Texto

O conteúdo gerado por IA pode estar incorreto.

Interface gráfica do usuário, Texto, Aplicativo, Email

O conteúdo gerado por IA pode estar incorreto.

A marca prevalecerá sobre o domínio de internet, em caso de eventual conflito, se ficar demonstrada que atende aos pressupostos legais de sua proteção, seja por conta do alto renome ou por conta do registro prévio.

Interface gráfica do usuário, Texto, Aplicativo, Email

O conteúdo gerado por IA pode estar incorreto.

Disposição expressa do art. 4º da Lei de Software. O registro, embora recomendável, é meramente opcional.

Módulo 2

**Contratos digitais**

Existem distinções entre documentos **eletrônicos**, **digitais** e **digitalizados**. As únicas que fazem real diferença prática, a nosso ver, são aquelas que se referem aos documentos eletrônicos e aos documentos digitalizados. Veja mais sobre isso a seguir.

**Documento eletrônico**

É aquele produzido, autenticado, armazenado e transmitido em suporte eletrônico na sua forma original. É, por exemplo, qualquer documento nos formatos e nas extensões **.pdf** ou **.doc**, assinados eletronicamente ou não. A assinatura, como se verá, confere presunção de autenticidade e integridade, mas sua ausência não desnatura, por assim dizer, o documento como eletrônico. Ex: email, mensagens, qrcode, contratos eletrônicos.

**Documento digitalizado**

É aquele orginalmente produzido em meio físico e depois transportado, por meio da digitalização (fotografia, utilização de aplicativos, digitalização via scanner etc.), para suporte eletrônico.

São exemplos de documento digitalizado: Instrumento de mandato, Contrato, Documento de identidade, Documentos de investigação.

**Há uma classificação que diferencia documento eletrônico e documento digital, mas é de pouca utilidade.**

**Todo documento digital seria aquele formatado a partir de dígitos binários (padrões 0 e 1).**

**Assinaturas digitais**

Nos documentos e contratos digitalizados, a **autenticidade** e a **integridade** são verificadas a partir da comparação entre os documentos digitalizados e seus originais físicos. Nos documentos e contratos digitais, por sua vez, essas características são verificadas por meio da **assinatura digital ou eletrônica** colocada no documento. Ou seja, a segurança de que quem aparentemente assinou foi, de fato, quem assinou (autenticidade) e que o documento não sofreu qualquer adulteração (integridade).

Há também uma diferença entre assinaturas digitais e eletrônicas, sendo as primeiras as que respeitam estritamente **a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil)**, nos termos da **Medida Provisória nº 2.200/2001**, e as últimas todas as demais.

* Assinaturas digitais
* Assinaturas eletrônicas

É uma assinatura que é colocada no documento por meio de certificado digital emitido respeitando toda a cadeia epigrafada.

De todo modo, apesar dessa diferença conceitual e da defesa por parte de colegas, consideramos que isso tenha pouca utilidade prática.

A validade do contrato seguirá os requisitos previstos no Código Civil:

* Capacidade do agente
* Liberdade de vontade e consentimento
* Licitude
* Possibilidade e determinabilidade do objeto
* Adequação aos requisitos de validade

Na forma digital ou eletrônica, é importante assegurar todos esses elementos. A diferenciação entre uma ou outra forma de assinatura será útil apenas se, em determinado momento, alguma das formas for solicitada de maneira expressa a fim de se validar o contrato. **O fundamental é assegurar tais requisitos**.

**Tributação e tributos**

O primeiro é sobre como entender a **tributação dentro de sua função fiscal e dentro dos tributos hoje constitucionalmente possíveis**. Ou seja, como enquadrar as novas formas existentes e propostas pelas tecnologias para os tributos existentes.

Perguntas a se fazer:

**A precisão legislativa dos tributos atuais é suficiente para a compreensão das novas tecnologias?**

**Quais são as situações tributáveis?**

**A existência das tecnologias da informação reforça uma eventual necessidade de uma reforma tributária?**

**Tributação e comportamentos sociais**

O segundo enfoque da relação entre tributação e tecnologias da informação está na compreensão extrafiscal dos tributos, ou seja, a capacidade dos tributos de incentivar ou desestimular comportamentos sociais. O grande ponto parece ser o quanto a tributação precisa ser pensada para contribuir com a geração de um ecossistema favorável ao desenvolvimento das tecnologias da informação e da inovação.

O grande desafio, portanto, é, ao mesmo tempo:

* Manter a arrecadação fiscal diante das novas tecnologias.
* Ter um sistema de tributação racional que contribua para o desenvolvimento da inovação.

**Código de Defesa do Consumidor (CDC)**

Lembre-se de que o CDC é aplicável nas situações em que há a caracterização de uma relação de consumo, sendo essa, em termos legais, a relação de fato em que há o fornecimento de produto ou de serviço pelo fornecedor a uma pessoa física ou jurídica que dele se aproveita como destinatário final (arts. 2º e 3º, CDC). Logo, em todas as situações em que um fornecedor se vale das tecnologias da informação para a prestação de um serviço, comercialização de produto ou que o próprio produto seja a própria tecnologia da informação, há a chamada relação de consumo.

**Proteção quanto a riscos associados ao serviço e ao produto**

Diz respeito ao direito à proteção de segurança do consumidor quanto a riscos associados ao serviço e ao produto (art. 6º, I, CDC). Comumente, como o consumidor, muitas vezes, não tem conhecimento sobre os detalhes do serviço tecnológico prestado, é natural que esse fique sujeito a toda ordem de inseguranças.

Os incidentes de segurança referentes a dados pessoais são um grande exemplo dessa situação (boa parte deles conhecidos como vazamento de dados), na qual há a possibilidade de exposição dos consumidores à insegurança devido ao comprometimento da confidencialidade dos dados.

**Respeito à informação adequada**

É o necessário respeito à informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços (art. 6º, III, CDC). É extremamente importante que todas as informações sobre os produtos e serviços fornecidos sejam claras, ou seja, livres de quaisquer dúvidas, e adequadas, ou seja, ajustadas à realidade dos produtos oferecidos.

**Proteção contra publicidade enganosa e abusiva**

Publicidade enganosa é aquela que propõe um produto ou um serviço de forma diferente ou não condizente com a realidade.

Um exemplo muito comum dessa situação na internet é a comercialização em contratos de *marketplace*, em que nem sempre a empresa que anuncia na sua página de internet é a responsável pela entrega do produto. É importante que essa informação seja clara para o consumidor.

**Proteção das informações do consumidor**

Art. 43. O consumidor, sem prejuízo do disposto no art. 86, terá acesso às informações existentes em cadastros, fichas, registros e dados pessoais e de consumo arquivados sobre ele, bem como sobre as suas respectivas fontes.

§ 1° Os cadastros e dados de consumidores devem ser objetivos, claros, verdadeiros e em linguagem de fácil compreensão, não podendo conter informações negativas referentes a período superior a cinco anos.

§ 2° A abertura de cadastro, ficha, registro e dados pessoais e de consumo deverá ser comunicada por escrito ao consumidor, quando não solicitada por ele.

§ 3° O consumidor, sempre que encontrar inexatidão nos seus dados e cadastros, poderá exigir sua imediata correção, devendo o arquivista, no prazo de cinco dias úteis, comunicar a alteração aos eventuais destinatários das informações incorretas.

§ 4° Os bancos de dados e cadastros relativos a consumidores, os serviços de proteção ao crédito e congêneres são considerados entidades de caráter público.

**Direito ao arrependimento**

Art. 49. O consumidor pode desistir do contrato, no prazo de 7 dias a contar de sua assinatura ou do ato de recebimento do produto ou serviço, sempre que a contratação de fornecimento de produtos e serviços ocorrer fora do estabelecimento comercial, especialmente por telefone ou a domicílio.

Essa é a situação presente na quase totalidade da comercialização de produtos ou serviços pela internet (sites, aplicativos, WhatsApp etc.).

Interface gráfica do usuário, Texto, Aplicativo, chat ou mensagem de texto, Email

O conteúdo gerado por IA pode estar incorreto.

Interface gráfica do usuário, Texto, Aplicativo, Email

O conteúdo gerado por IA pode estar incorreto.

Módulo 3

**Startups**

O termo *startup* não tem uma definição precisa, embora você, provavelmente, ao pensar nas empresas que se enquadram nessa perspectiva, já tenha uma boa noção do que isso significa. O importante é pensarmos em empresas que estejam em estágio inicial de desenvolvimento ou mesmo de lançamento. A *startup* “é aquela em estágio inicial de organização da sua atividade. Isso traz uma série de implicações, das mais relevantes para aplicação do Direito”

o Projeto de Lei Complementar nº 146/2019, conhecido como Marco Legal das Startups, serão consideradas startups as empresas que, mesmo com apenas um sócio, atuem na inovação aplicada a produtos, serviços ou modelos de negócios. Além disso, devem ter receita bruta de até R$ 16.000.000 no ano anterior e até dez anos de inscrição no CNPJ. Assim, o conceito proposto pelo Marco Legal das Startups, o qual acreditamos que será mantido, traz dois critérios que se somam para a configuração de uma empresa como startup:

* Seu objeto social
* Seu faturamento

**Organização jurídica de uma *startup***

**Aspectos societários**

O primeiro deles diz respeito aos aspectos societários de desenvolvimento das startups, que se resumem em entender quais os modelos societários mais ajustados e úteis ao desenvolvimento e à consolidação dessas empresas, dado que, sob a ótica do Direito Societário, essas empresas embrionárias seguem as mesmas normas.

Interface gráfica do usuário, Texto, Aplicativo

O conteúdo gerado por IA pode estar incorreto.

Texto

O conteúdo gerado por IA pode estar incorreto.

Interface gráfica do usuário, Texto, Aplicativo

O conteúdo gerado por IA pode estar incorreto.

**Proteção da propriedade intelectual**

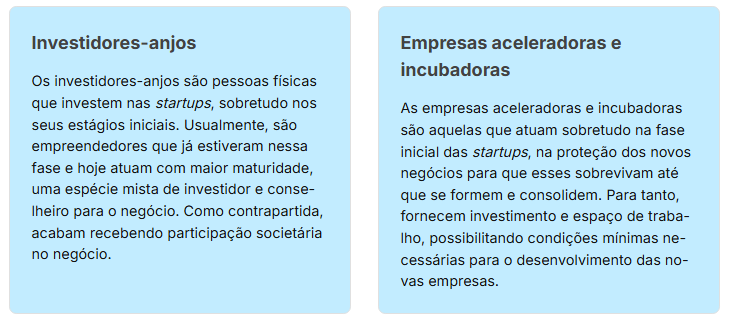
O segundo ponto importante é pensar na proteção da propriedade intelectual envolvida na atividade, como vimos anteriormente. É muito importante organizar contratualmente essa produção, sobretudo aquela desenvolvida mediante contrato de trabalho ou por meio de parceiros, e buscar os registros necessários para proteger as propriedades industriais.

**Criação de um ecossistema jurídico consistente**

O terceiro ponto importante é pensar na geração de um ecossistema jurídico consistente para o desenvolvimento das estruturas das várias formas de financiamento das *startups*, o que também acaba acompanhando as fases de desenvolvimento.

As formas de investimento são as mais variadas, como: familiares, amigos (sobretudo nas fases mais iniciais), *venture capital*, as chamadas aceleradoras e incubadoras, os investidores-anjos, bancos, fundos etc.

Vale destaque especial a dois conceitos importantes ainda relacionados a esses modelos de negócio:



**Aplicativos**

**Atenção**

Adicionalmente, é importante lembrar que, pela facilidade oferecida pelos aplicativos, sobretudo de acesso e uso, também se potencializa a utilização fraudulenta desses programas, demandando um cuidado adicional das empresas.

**Impactos no Direito do Trabalho**

Assim como anteriormente mencionado, no que se refere à tributação das novas tecnologias e da aplicação do Código de Defesa do Consumidor, os impactos em relação ao Direito do Trabalho são enormes e os mais variados possíveis.

**Segurança da informação**

O primeiro deles versa sobre a necessidade adicional dos empregados de respeitar também as regras de **segurança da informação**. Ora, se o desempenho das atividades laborais se dá hoje, inevitavelmente, a partir de tecnologias da informação, é natural que os riscos a elas associados também estejam presentes.

Também é importante lembrar que o empregador pode acessar os dispositivos eletrônicos corporativos utilizados pelos empregados para fazer eventuais provas.

**Teletrabalho**

Outro ponto importante diz respeito ao tema do **teletrabalho**, tão relevante, sobretudo considerando as mudanças sociais provocadas pela pandemia da Covid-19. O teletrabalho aparece no art. 6º da CLT, segundo o qual, se presentes os pressupostos para caracterização da relação de emprego, não se distingue entre o trabalho realizado no estabelecimento do empregador, o realizado no domicílio do empregado (o chamado *home office*) e o realizado a distância (teletrabalho). Percebe-se, assim, que, para fins legais, em princípio as situações são equiparadas.

Lei nº 13.467/2017, prevê o teletrabalho como “a prestação de serviços preponderantemente fora das dependências do empregador, com a utilização de tecnologias de informação e de comunicação que, por sua natureza, não se constituam como trabalho externo”.

Interface gráfica do usuário

O conteúdo gerado por IA pode estar incorreto.

Interface gráfica do usuário, Texto, Aplicativo, Email

O conteúdo gerado por IA pode estar incorreto.

Texto

O conteúdo gerado por IA pode estar incorreto.